



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010871-33.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Moises de Azevedo Mota**
Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor se volta contra cadastro de seu nome no banco de dados dos órgãos de proteção ao crédito, lavrado pela ré contra ela sem que houvesse motivo para tanto.

Almeja à a declaração da inexigibilidade do débito e ao ressarcimento pelos danos morais que eles lhe causaram.

Em contestação a ré especificou o débito que rendeu ensejo a negativação do autor, reafirmando a existência da dívida, a qual não foi adimplida pela autora.

Juntou ainda farta documentação comprovando a utilização da linha, bem como juntou o áudio relativo à contratação firmada pelas partes, onde inclusive o autor confirmou todos os dados pessoais, e tendo em vista o teor da gravação colida, nada leva a crer poderia ser caso de fraude.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

colação.

O autor ficou silente nada se manifestando a propósito da gravação apresentada.

A conjugação desses elementos conduz à rejeição da postulação vestibular.

Com visto a ré comprovou a relação contratual existente entre as partes e a legitimidades do débito discutido.

Nem mesmo a aplicação ao caso do art. 6º, inc. VIII, do CDC, favoreceria o autor, pois houve suficiente comprovação de que a ré tinha respaldo para a cobrança dos débitos.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fls. 31/32, item 1
Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 20 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**